



MUNICÍPIO DE NOVA ODESSA
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
Suprimentos e Licitações 22/TP/2020

1

Página 1 de 33

ANEXO I

RECIBO DE RETIRADA DE EDITAL PELA INTERNET

TOMADA DE PREÇOS Nº 22/2020

Denominação: _____

CNPJ nº: _____

E-MAIL: _____

Endereço: _____

Cidade: _____ Estado: _____

DDD: _____ Telefone: _____ Fax: _____

Obtivemos, através do acesso à página www.novaodessa.sp.gov.br, nesta data, cópia do instrumento convocatório da licitação acima identificada.

Local: _____, _____, de _____, de 2020.

Nome: _____

Assinatura

Senhor, Licitante,

Visando à comunicação futura entre esta Prefeitura e sua empresa, solicitamos a Vossa Senhoria Preencher o recibo de retirada do Edital e remetê-lo ao Departamento de Suprimentos e Licitações pelo e-mail – compras@novaodessa.sp.gov.br.

A não remessa do recibo exime o Município de Nova Odessa da comunicação, através de e-mail, de eventuais esclarecimentos e retificações ocorridas no instrumento convocatório, bem como de quaisquer informações adicionais, não cabendo posteriormente qualquer reclamação.

Recomendamos, ainda, consultas à referida página para eventuais comunicações e ou esclarecimentos disponibilizados acerca do processo licitatório.



MUNICÍPIO DE NOVA ODESSA
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
Suprimentos e Licitações 22/TP/2020

2

Página 2 de 33

Edital de Tomada de Preços nº 22/TP/2020

Contratação de empresa especializada para serviço de reforma do Setor de Clínica Médica do Hospital e Maternidade Municipal Dr. Acílio Carreon Garcia, com fornecimento de materiais, equipamentos e mão de obra.

Unidade Requisitante:	Diretoria de Obras Públicas
Órgão Interessado:	Secretaria de Obras
Modalidade:	Tomada de Preços Nº 22/TP/2020
Regime de Execução:	Empreitada por Preço Global
Licitação Tipo:	Menor Preço Global
Fundamento Legal:	Lei Federal nº 8.666/93 Lei Federal nº 8.883/94 e Lei Complementar 123/2006, e suas alterações.
Data de Recebimento de Envelopes:	11/09/2020 - às 13h30min no Setor de Suprimentos e Licitações.
Data de Abertura dos Envelopes:	11/09/2020 - às 14 horas na Sala de Reuniões.
Processo Administrativo:	Nº 7574/2020.
Requisição:	Nº 1643/2020.
Vistoria:	A vistoria técnica é obrigatória e deverá ser realizados por representante credenciado da Licitante, mediante agendamento prévio pelo telefone (19) 3476-8600, ramais - 308, 340 e 335 com pelo menos 02 (dois) dias úteis de antecedência contados do último dia para realização da vistoria e será realizado sempre em horário de expediente administrativo. Considera-se o último dia para vistoria o dia 10/09/2020.

De ordem do Secretário de Administração, no uso de sua competência delegada pelo Prefeito, nos termos da portaria 8.198/2016, torna público para conhecimento de interessados, que se encontra aberta neste **Município de Nova Odessa**, a licitação na modalidade **Tomada de Preços**, que leva o número **22/TP/2020**, que se realizará nos termos do presente Edital.

Retirada do Edital: Setor de Suprimentos e Licitações – Avenida João Pessoa, nº 777, centro, Nova Odessa/SP em dia e horário de expediente no órgão, mediante guia de recolhimento, sendo o preço público por página de R\$0,71. Também estará disponível para download na internet: www.novaodessa.sp.gov.br, link licitações.

Cláusula I – Do objeto

1.1 - A presente **Tomada de Preços** se destina à escolha de melhor proposta objetivando a contratação de empresa especializada para serviço de reforma do Setor de Clínica Médica do Hospital e Maternidade Municipal Dr. Acílio Carreon Garcia, com fornecimento de materiais, equipamentos e mão de obra, de acordo com o projeto (memorial descritivo, planilha orçamentária, cronograma físico-financeiro e plantas) anexo.

Cláusula II – Das condições para o contrato

2.1 - A contratação decorrente desta licitação será formalizada mediante celebração de termo de contrato, cuja minuta integra este Edital como Anexo X;

2.2 – A Licitante poderá receber o contrato via e-mail informado no ato do credenciamento ou ainda, na impossibilidade ou não confirmação do recebimento de e-mail, poderá ser convocado para assinatura do respectivo termo contratual;



MUNICÍPIO DE NOVA ODESSA
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
Suprimentos e Licitações

22/TP/2020

3

Página 3 de 33

2.2.1 - No caso de recebimento do termo contratual por e-mail, o Licitante deverá confirmar o recebimento e devolver o respectivo termo, devidamente assinado, no prazo de até 05 (cinco) dias contados do recebimento do e-mail, sob pena de decair do direito à contratação se não o fizer, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital;

2.2.2 – Havendo impossibilidade de envio do termo contratual por e-mail ou este não for confirmado o seu recebimento pelo Licitante, este deverá, no prazo de 05 (cinco) dias contados da data da convocação, comparecer a Diretoria de Suprimentos deste Município, para assinar o termo de contrato, sob pena de decair do direito à contratação se não o fizer, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital;

2.3 – Os prazos acima poderão ser prorrogados uma única vez por igual período a critério deste Município, sob pena de decair do direito à contratação se não o fizer, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital;

2.4 – O termo contratual somente receberá a assinatura da autoridade administrativa competente e data após a assinatura do representante legal da Licitante. Após as assinaturas, uma das vias do contrato será remetido à empresa contratada via Correio, no endereço informado no certame;

2.5 - A execução dos serviços deverá ter início em até 05 (cinco) dias úteis, a contar da emissão da Ordem de Serviço;

2.6 - O contrato terá vigência de 06 (seis) meses, contados da expedição da Ordem de Serviço, podendo ser prorrogado nos termos e condições permitidos pela legislação vigente.

2.7 – A contratada no prazo de 05 (cinco) dias úteis deverá designar e manter preposto, aceito pela Administração, no local da obra ou serviço, para representá-lo na execução do contrato contendo os seguintes dados: Nome Completo, RG, CPF, telefone fixo e celular, e-mail e cargo que desempenha;

2.8 - Para assinatura do contrato, a empresa adjudicatária deverá comprovar a prestação de garantia no valor correspondente a 5% (cinco por cento) do valor contratado;

2.8.1 - A garantia poderá ser prestada por uma das seguintes modalidades:

- a) Caução em dinheiro ou títulos da dívida pública;
- b) Seguro-garantia, na forma da legislação aplicável;
- c) Fiança bancária;

2.8.2 - A fiança bancária ou seguro garantia deverá conter:

- a) Prazo de validade, que deverá corresponder ao período de vigência do contrato;

2.8.3 - A não prestação de garantia equivale à recusa injustificada para a celebração do contrato, caracterizando descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando o adjudicatário às penalidades legalmente estabelecidas, inclusive multa;

Cláusula III – Dos recursos financeiros

3.1– A despesa, orçada em **R\$ 796.184,55**, conforme planilha orçamentária apresentada pela Administração onerará os recursos orçamentários e financeiros reservados na ficha 252, Classificação Funcional Programática 10.302.0008.1.023; Categoria Econômica 4.4.90.51.00, fonte de recurso 01.310.0000 Recurso Próprio.

Cláusula IV – Do suporte legal

4.1 – A presente licitação é regulada pelas normas legais da Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1.993, incluindo as alterações da Lei Federal nº 8.883 de 08 de junho de 1.994 e Lei Complementar 123 de 14 de dezembro de 2006.

Cláusula V – Das informações e esclarecimentos

5.1 - As informações relativas a esta licitação será fornecida através do Setor de Suprimentos e Licitações, pelo telefone (19) 3476.8602, das 8h00min às 17h00min ou pelo e-mail (compras@novaodessa.sp.gov.br);

5.2 – Dúvidas e informações referentes ao projeto básico ou executivo serão fornecidas, através da Diretoria de Obras Públicas, pelo telefone (19) 3476-8600 (ramal 340) com o Diretor de Obras Públicas Erik Ortolano da Silva;



MUNICÍPIO DE NOVA ODESSA

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

Suprimentos e Licitações

4

22/TP/2020

Página 4 de 33

5.3 - Eventuais esclarecimentos deverão ser solicitados por e-mail (compras@novaodessa.sp.gov.br) ou pelo fax (19) 3476-8602, devendo obedecer ao prazo de 02 (dois) dias úteis antes da data fixada para abertura dos envelopes de documentos;

5.3.1 - Os esclarecimentos prestados serão disponibilizados na página da Internet <http://www.novaodessa.sp.gov.br/> e encaminhados aos interessados nos termos do Anexo I.

Cláusula VI - Das condições de participação e de habilitação

6.1 – Poderão participar desta licitação as empresas do ramo de atividade pertinente ao objeto licitado e que atendam aos requisitos de habilitação previstos neste Edital.

6.2 - Não podem participar deste certame às empresas que:

6.2.1 – Estrangeiras que não funcionem no País;

6.2.2 - Reunidas em consórcio, qualquer que seja sua forma de constituição;

6.2.3 - Que estejam cumprindo penalidade de suspensão temporária para licitar de contratar com esta Prefeitura Municipal nos termos do inciso III do artigo 87 da lei 8.666/93 e suas alterações e ainda da súmula nº 51 do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo;

6.2.4 - Declaradas inidôneas pelo Poder Público e não reabilitadas;

6.2.5 - Estejam sob falência, concordata, dissoluções ou liquidações;

6.2.6 - O autor do projeto, básico ou executivo, pessoa física ou jurídica;

6.2.7 – Nas quais atue servidor ou dirigente de órgão ou entidade contratante ou responsável pela licitação;

6.2.8 – Não cadastradas nesta Prefeitura e que não preencham as condições de cadastramento previstas no item 6.3.1;

6.3 - Para participar da presente licitação, os interessados deverão ter **inscrição válida** no Cadastro de Fornecedores e Prestadores de Serviços da Prefeitura Municipal de Nova Odessa, ou procederem na forma do item 6.3.1.

6.3.1 - Será também aceita a participação dos licitantes que atenderem a todas as condições exigidas para cadastramento, apresentando para a Comissão Permanente de Licitação, **até o terceiro dia** anterior à data fixada para recebimento das propostas, toda a documentação relacionada nos itens 7.4.1, 7.4.2 e 7.4.4.

a) Os documentos deverão ser:

a1) Protocolados no setor de SUPRIMENTOS E LICITAÇÕES localizado na Avenida João Pessoa, 777, Centro, Nova Odessa, e dirigidos à Comissão Permanente de Licitação; ou

a2) Encaminhados pelo e-mail compras@novaodessa.sp.gov.br, sendo imprescindível a apresentação dos originais na sessão de abertura do envelope nº 1 (Documentação), antes de sua abertura.

b) O restante da documentação, relacionada nos itens 7.4.3 e 7.4.5, deverá ser entregue na sessão de abertura do envelope nº 1 (Documentação).

Cláusula VII – Documentos de Habilitação – ENVELOPE Nº 1

7.1 - Para a habilitação, todos os licitantes deverão ter inscrição válida no Cadastro de Fornecedores da Prefeitura de Nova Odessa **ou** apresentar a **Documentação Completa relacionada no subitem 7.4.**

7.2 - A documentação de habilitação deverá ser apresentada no Envelope nº 1, na seguinte conformidade:

7.3 - No que se refere ao CADASTRO DE FORNECEDORES da prefeitura de Nova Odessa:

7.3.1 - O cadastro deverá ter classificação pertinente à categoria do objeto desta licitação;

7.3.2 - Se no cadastro não constar algum dos documentos exigidos nos subitens 7.4.2 – “Regularidade Fiscal e Trabalhista” e 7.4.3 – “Qualificação Econômico-Financeira”, ou se esses documentos estiverem com a validade vencida, o licitante deverá apresentar documento equivalente válido;

7.3.3 - O cadastro junto a Prefeitura de Nova Odessa deverá ser complementado:

a) Pela documentação disposta no subitem 7.4.4 - “Qualificação Técnica/Operacional”; e

b) Pelas declarações constantes do subitem 7.4.5 - “Declarações”.

7.4 - No que se refere à DOCUMENTAÇÃO COMPLETA, os licitantes deverão apresentar:

7.4.1 - HABILITAÇÃO JURIDICA

a) Registro comercial, no caso de empresa individual;



MUNICÍPIO DE NOVA ODESSA

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

Suprimentos e Licitações

22/TP/2020

5

Página 5 de 33

- b) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais; e no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;
- b¹) Os documentos descritos no subitem “b” deverão estar acompanhados da última alteração em vigor, caso não esteja consolidado. Se a última alteração em vigor estiver consolidado não há necessidade de juntar o contrato social;
- c) Inscrição do ato constitutivo no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício;
- d) Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente quando a atividade assim o exigir;

7.4.2 - REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA

- a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ);
- b) Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal, se houver relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual.
- c) Certidão Conjunta Negativa de Débitos ou Positiva com Efeito de Negativa, relativa a Tributos Federais (inclusive às contribuições sociais) e à Dívida Ativa da União;
- d) Certidão Negativa ou Certidão positiva com Efeitos de Negativa de Tributos Municipais incidentes sobre o objeto desta licitação;
- e) Prova de regularidade perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), por meio da apresentação do CRF - Certificado de Regularidade do FGTS;
- f) Certidão Negativa ou Positiva com Efeitos de Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT, em cumprimento à Lei nº 12.440/2011 e à Resolução Administrativa TST nº 1470/2011, emitida por meio eletrônico pelo Tribunal Superior do Trabalho (<http://www.tst.jus.br/certidao>);
- g) As microempresas e empresas de pequeno porte, por ocasião da participação neste certame, deverão apresentar toda a documentação exigida para fins de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição;
- h¹) Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado o prazo de cinco dias úteis, momento em que a proponente for declarada vencedora do certame, prorrogáveis por igual período, a critério desta Prefeitura Municipal, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa;
- h²) A não-regularização da documentação, no prazo previsto no subitem “h¹” implicará na decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções legais, procedendo-se a convocação dos licitantes para, em sessão pública, retomar os atos referentes ao procedimento licitatório;

7.4.3 - QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

- a) Certidão de registro de pessoa jurídica, dentro de seu prazo de validade, junto ao CREA – Conselho Regional de Engenharia e Agronomia ou ao Conselho de Arquitetura e Urbanismo - CAU, em nome da licitante;
- b) **Qualificação Operacional:**
Atestado(s) ou Certidão (ões) de Capacidade Operacional, fornecido(s) por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado, necessariamente em nome da empresa licitante, devidamente registrado(s) no CREA ou CAU, comprovando ter realizado no mínimo: 494,17 m² de pastilha cerâmica, 247,67 m² de porcelanato e 427,65 m² de pintura látex.
- b¹) **Qualificação Profissional**
Originais ou cópias autenticadas de Certidões de Acervo Técnico – CAT's, emitidas pelo CREA ou CAU e em nome do responsável técnico que se responsabilizará pela execução dos serviços contratados e que faça parte do quadro da empresa licitante, nos termos da Súmula nº. 25¹ do Tribunal de Contas, na

¹ **SÚMULA Nº 25** - Em procedimento licitatório, a comprovação de vínculo profissional pode se dar mediante contrato social, registro na carteira profissional, ficha de empregado ou contrato de trabalho, sendo possível a contratação de profissional autônomo que preencha os requisitos e se responsabilize tecnicamente pela execução dos serviços.



MUNICÍPIO DE NOVA ODESSA

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

Suprimentos e Licitações

22/TP/2020

6

Página 6 de 33

data fixada para a apresentação das propostas, de forma a comprovar experiência em serviços de mesmas características às do objeto desta licitação;

c) Comprovação fornecida pela Diretoria de Obras Públicas, de que tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação.

7.4.4 - QUALIFICAÇÃO ECONÔMICA – FINANCEIRA

a) Certidão Negativa de Falência e Concordata expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica;

b) Certidão negativa de Recuperação Judicial ou Extrajudicial expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica.

b1) Nas hipóteses em que a certidão encaminhada for positiva, deve o licitante apresentar comprovante da homologação/deferimento pelo juízo competente do plano de recuperação judicial/extrajudicial em vigor.

7.4.5 DECLARAÇÕES

a) **Declaração** contendo os dados do representante legal da empresa para a assinatura do Contrato e também os dados da conta bancária para depósito do pagamento no caso de vencedora do certame, conforme Anexo IV deste Edital;

b) **Declaração** de que, sob as penas da lei, que após a emissão do CRC, não houve superveniência de fato impeditivo da habilitação, conforme anexo V;

c) **Declaração** de cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal, conforme anexo VI;

d) **Declaração** de inexistência de grau de parentesco nos termos do artigo 91 da Lei Orgânica Municipal, conforme Anexo VII deste Edital;

e) **Declaração** de cumprimento do plano de recuperação judicial e extrajudicial, conforme anexo VIII (*Essa declaração é obrigatória no caso em que a licitante estiver em recuperação judicial e extrajudicial*);

7.5 - Todos os documentos de que trata este item deverão, quando for o caso:

7.5.1 - Estar em plena validade na data fixada para a apresentação dos envelopes;

a) Na hipótese de não constar prazo de validade, esta Prefeitura aceitará como válidos os documentos expedidos até **90** (noventa) **dias** imediatamente anteriores à data fixada para a apresentação dos envelopes;

b) Na contagem do prazo acima (90 dias), excluir-se-á o dia da emissão da respectiva Certidão e incluir-se-á o de seu vencimento e considerar-se-ão os dias consecutivos;

c) Só se iniciam e vencem os prazos referidos no item acima (b) em dia de expediente no Município de Nova Odessa;

7.5.2 - Ser apresentados em original ou por cópia autenticada por cartório competente, ou mesmo cópia simples, desde que acompanhada do original para que seja autenticado por um dos membros da Comissão Permanente de Licitações no ato de sua apresentação, salvo os documentos obtidos por meio eletrônico;

7.5.3 - Se o licitante for à **matriz**, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se for à **filial**, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz;

7.5.4 - Não serão aceitos protocolos de pedidos de certidões ou de outros documentos exigidos neste Edital;

7.5.5 - A Comissão Permanente de Licitação diligenciará efetuando consulta direta na internet nos respectivos sites dos órgãos expedidores para verificar a veracidade de documentos obtidos por este meio eletrônico;

Cláusula VIII – Da declaração de microempresa ou empresa de pequeno porte

8.1 - Declaração de microempresa ou empresa de pequeno porte visando ao exercício da preferência prevista na Lei Complementar 123/2006, e suas alterações, que deverá ser feita de acordo com o modelo estabelecido no ANEXO IX deste Edital e ser apresentada **preferencialmente** fora dos envelopes nº 1 (Habilitação) e nº 2 (Proposta).



MUNICÍPIO DE NOVA ODESSA

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

Suprimentos e Licitações

22/TP/2020

7

Página 7 de 33

Cláusula IX - Recebimento dos envelopes de habilitação e proposta

9.1 - Os documentos e propostas deverão ser apresentados em envelopes distintos, numerados 01 e 02, respectivamente, fechados e indevassáveis e que serão protocolados no **Setor de Suprimentos e Licitações da Prefeitura**, situado à Avenida João Pessoa, nº 777, nesta cidade, **até as 13 horas e 30 minutos do dia 11 de setembro de 2020**, contendo externamente, além da Razão Social e endereço do proponente, mais os seguintes dizeres:

Envelope nº 01 - (Documentos de Habilitação)

Tomada de Preços nº 22/TP/2020

Encerramento em: 11/09/2020 – às 13h30min no Setor de Suprimentos e Licitações.

Abertura em: 11/09/2020 – às 14 horas na Sala de Reuniões.

Envelope nº 02 - (Proposta)

Tomada de Preços nº 22/TP/2020

Encerramento em: 11/09/2020 – às 13h30min no Setor de Suprimentos e Licitações.

Abertura em: 11/09/2020 – às 14 horas na Sala de Reuniões

9.2 - Após a hora marcada para a entrega dos envelopes não mais serão aceitos, recebidos ou sequer conhecidos:

9.2.1 - Pedidos de correção de preços, prazos, bem como outros elementos da proposta;

9.2.2 - Pedido de desistência de participação da licitação.

Cláusula X - Das propostas

10.1 - O Anexo II deverá ser utilizado, preferencialmente, para a apresentação da proposta, digitado ou impresso, em língua portuguesa, salvo quanto às expressões técnicas de uso corrente, sem rasuras, emendas, borrões ou entrelinhas, sem cotações alternativas, em consonância com o Memorial Descritivo, datado e assinado pelo representante legal do licitante ou pelo procurador.

10.2 - Deverão estar consignados na proposta:

10.2.1 - A denominação, CNPJ, endereço/CEP, telefone/fax, e-mail do licitante e data;

10.2.2 - Valores unitários e totais em algarismos, conforme planilha orçamentária fornecida pela Administração, expressos em moeda corrente nacional, sem inclusão de qualquer encargo financeiro ou previsão inflacionária, incluindo, além do lucro, todas as despesas resultantes de impostos, taxas, tributos, frete e demais encargos, assim como todas as despesas diretas ou indiretas relacionadas com a integral execução do objeto da presente licitação;

10.2.3 - Cronograma físico financeiro;

10.2.4 - Prazo de execução dos serviços é de 06 (seis) meses contados a partir da expedição pela Diretoria de Obras Públicas da Autorização para Início dos Serviços;

10.2.5 - Prazo de garantia dos serviços que não poderá ser inferior a 05 (cinco) anos contados da emissão do Termo de Recebimento Definitivo;

10.2.6 - Prazo de validade da proposta de, no mínimo, 60 (sessenta) dias corridos, contados a partir da data prevista para abertura dos envelopes documentação. Suspendendo-se este prazo na hipótese de interposição de recurso administrativo ou judicial;

10.2.7 - **Declaração** de que os preços apresentados contemplam todos os custos diretos e indiretos referentes ao objeto licitado;

10.2.8 - **Declaração** de que o objeto ofertado atende todas as especificações exigidas no memorial descritivo.

Cláusula XI- Do reajuste

11.1 - Os preços propostos, a critério da administração, poderão ser reajustados, após 12 meses da apresentação da proposta com base no IGPM;



MUNICÍPIO DE NOVA ODESSA
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
Suprimentos e Licitações

8

22/TP/2020

Página 8 de 33

Cláusula XII - Das compensações financeiras

12.1 - As compensações financeiras serão atualizadas pelo IPCA (Índice de Preço ao Consumidor Amplo).

Cláusula XIII – Do prazo de execução e das condições de recebimento do objeto

13.1 - Os serviços deverão ser executados conforme as especificações e condições estabelecidas no Memorial Descritivo e serão recebidos pela Fiscalização da Diretoria de Obras Públicas.

13.1.1 – O prazo de execução é de 06 (seis) meses contados do recebimento da expedição da Ordem de Serviço pela Diretoria de Obras Públicas;

13.1.2 - Correrá por conta da Contratada as despesas para efetivo atendimento ao objeto licitado, tais como materiais, máquinas, equipamentos, acessórios, transporte, tributos, encargos trabalhistas e previdenciários decorrentes de sua execução;

13.2- A empresa contratada deverá fornecer para a Fiscalização da Diretoria de Obras Públicas, antes do início dos serviços, o seguinte documento:

13.2.1- Cópia da Anotação de Responsabilidade Técnica – ART, com base no valor total do contrato.

13.3 – Executado, o objeto será recebido:

13.3.1 - Provisoriamente, após vistoria completa, realizada pela Comissão de Fiscalização, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes em até 10 (dez) dias úteis, contados da data em que a contratada comunicar, por escrito, a conclusão total do objeto;

13.3.2 - O recebimento provisório será caracterizado pela emissão do Termo de Recebimento Provisório, com expressa concordância em receber o objeto provisoriamente;

13.4 - Definitivamente, pela Comissão de Fiscalização, mediante termo circunstanciado assinado pelas partes, após o decurso do prazo de observação (12 meses), ou vistoria que comprove a adequação ao objeto aos termos contratuais;

13.5 - Constatadas irregularidades no objeto, a Comissão de Fiscalização, sem prejuízo das penalidades cabíveis, poderá:

13.5.1- Rejeitá-lo no todo ou em parte se não corresponder às especificações do Memorial Descritivo, determinando sua substituição/correção;

13.5.2 - Determinar sua complementação se houver diferença de quantidades ou de partes.

13.5.3 - As irregularidades deverão ser sanadas pela Contratada, no prazo máximo de cinco dias úteis, contados do recebimento da notificação por escrito, mantido o preço inicialmente ofertado.

13.6 - Os serviços terão garantia de no mínimo de 05 (cinco) anos a contar da data do Termo de Recebimento Definitivo.

Cláusula XIV - Do procedimento

14.1 - O licitante poderá fazer-se representar neste certame desde que, no início da sessão pública, seu representante legal apresente cópia do contrato social ou estatuto da empresa, no qual lhe é outorgado amplo poder de decisão;

14.1.1 - Caso o representante legal da licitante delegue esta função para um terceiro, este deverá apresentar a Carta Credencial, conforme Anexo III deste Edital, ou procuração pública ou particular.

14.1.2 - Não será admitido um mesmo representante para mais de uma licitante, nem de dois representantes ou mais para uma mesma licitante;

14.2 - Os trabalhos da Comissão Permanente de Licitações, objetivando a verificação das condições de participação e de habilitação dos interessados, serão iniciados em ato público no horário e local estabelecidos neste Edital;

14.3 - Abertos os envelopes nº 01 (documentação de habilitação), os documentos serão conferidos e rubricados pela Comissão Permanente de Licitações e pelos representantes presentes;

14.3.1 - Os envelopes nº 02 (proposta comercial) dos licitantes inabilitados permanecerão fechados e deverão ser retirados pelos interessados no prazo de quinze dias corridos contados a partir da homologação, após o que serão inutilizados;

14.4 - Havendo concordância de todos os licitantes quanto às decisões da Comissão Permanente de Licitações tomadas na fase de habilitação e expressa desistência quanto à interposição de recurso poderá ocorrer, na sequência, a abertura dos envelopes nº 2 (proposta comercial).



MUNICÍPIO DE NOVA ODESSA

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

Suprimentos e Licitações

22/TP/2020

9

Página 9 de 33

14.4.1 - Caso não ocorra à hipótese prevista no item 13.4, a Comissão marcará e divulgará, oportunamente, a data para a abertura dos envelopes nº 2 (proposta comercial);

14.5 - Ultrapassada a fase de habilitação dos concorrentes e abertas às propostas, não cabe desclassificá-los por motivo relacionado com a habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento;

14.6 – Após a fase de habilitação, não cabe desistência de proposta, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pela Comissão;

14.7 - Das sessões lavrar-se-ão atas circunstanciadas nas quais serão registradas todas as ocorrências sendo, ao final, assinadas pelos membros da Comissão Permanente de Licitações e pelos representantes devidamente credenciados;

14.8 - As comunicações referentes a este certame serão publicadas no DOE, Imprensa Local e internet.

Cláusula XV - Das impugnações e dos recursos

15.1 - As impugnações e recursos deverão ser formulados nos prazos e na forma dispostos na lei.

15.2 - As impugnações contra este Edital deverão ser dirigidas a Comissão Permanente de Licitações e protocoladas no Setor de Suprimentos e Licitações da Prefeitura, observando os dias e horários de expediente administrativo na repartição;

15.3 - Os recursos contra os atos de habilitação ou de julgamento desta licitação deverão ser protocolados no Setor de Suprimentos e Licitações localizado a Avenida João Pessoa, nº 777, centro, Nova Odessa/SP, aos cuidados da Comissão Permanente de Licitações, observando os dias e horários de expediente administrativo na repartição;

15.4 - Admite-se impugnação e recursos por intermédio do e-mail compras@novaodessa.sp.gov.br, no prazo de até dois dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública.

15.4.1 - As impugnações e recursos que deixarem de observar atender o procedimento acima não serão recebidas;

15.5 - Esgotado o prazo previsto para a apresentação de recursos contra o julgamento das propostas ou, se apresentados, após sua apreciação, o processo será encaminhado à Presidência para decidir sobre os recursos, homologar e adjudicar.

Cláusula XVI - Do julgamento e classificação

16.1 - Serão consideradas classificadas as propostas que atenderem integralmente às disposições deste Edital;

16.2 – Serão desclassificadas as propostas que:

a) Propostas com valor global superior ao limite estabelecido na planilha orçamentária fornecida pela Administração;

b) Propostas com preços manifestamente inexequíveis nos termos do o § 1º do artigo 48 da Lei Federal nº 8.666/93;

c) Propostas que apresente preço baseado nas ofertas dos demais licitantes;

d) Propostas que apresente preços globais ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero;

16.3 - A classificação observará a ordem crescente dos preços propostos. Para essa finalidade, a Comissão Permanente de Licitações tomará o preço global de cada proposta.

16.4 - Será considerada vencedora a proposta que apresentar o menor preço global;

16.4.1 - Em caso de divergência entre os valores, prevalecerá o valor por extenso;

16.5 - Em caso de empate, a decisão se dará obrigatoriamente por sorteio, em sessão pública, para a qual serão convocados os interessados;

16.6 - Será assegurado o exercício do direito de preferência às microempresas e empresas de pequeno porte, que apresentarem propostas iguais ou até 10% (dez por cento) superiores a proposta primeira classificada;

16.7 - Dentre aquelas que satisfaçam as condições previstas no subitem 15.6, a microempresa ou empresa de pequeno porte cuja proposta for mais bem classificada poderá apresentar proposta de preço inferior àquela considerada vencedora do certame, situação em que sua proposta será declarada a melhor oferta;

a) Para tanto, será convocada para exercer seu direito de preferência e apresentar nova proposta.



MUNICÍPIO DE NOVA ODESSA
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
Suprimentos e Licitações

10

22/TP/2020

Página 10 de 33

b) Se houver equivalência dos valores das propostas apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem no intervalo estabelecido no subitem 15.6, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá exercer a preferência e apresentar nova proposta;

b¹) Entende-se por equivalência dos valores das propostas as que apresentarem igual valor, respeitada a ordem de classificação;

16.8 - O exercício do direito de preferência somente será aplicado se a melhor oferta não tiver sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte;

16.9 - Não ocorrendo à contratação da microempresa ou empresa de pequeno porte, serão convocadas as remanescentes cujas propostas se encontrem no intervalo estabelecido no subitem 15.6, na ordem classificatória para o exercício do direito de preferência.

a) Na hipótese da não-contratação da microempresa e empresa de pequeno porte, e não configurada a hipótese prevista no subitem 15.9, será declarada a melhor oferta aquela proposta originalmente vencedora do certame.

Cláusula XVII – Do preço e forma de pagamento

17.1 - Os preços ofertados na Proposta Comercial do licitante deverão conter, além do lucro, todas e quaisquer despesas, tais como: materiais, mão de obra, equipamentos, transportes, cargas, seguro, encargos sociais e trabalhistas, limpeza durante a execução das obras, taxas e impostos, inclusive alvarás, ligações provisórias e definitivas, acréscimos decorrentes de trabalhos noturnos, dominicais e feriados para cumprimento do prazo e regime de execução e quaisquer outras que ocorram, direta ou indiretamente, relacionadas com o custo para a consecução do objeto desta licitação, além daquelas exigidas pelo CREA ou CAU;

17.2 - O pagamento da obra/serviço será feito diretamente pela tesouraria da **CONTRATANTE**, com base nos serviços efetivamente executados e medidos, conforme cronograma, mediante a comprovação do recolhimento de encargos e tributos referentes aos serviços prestados (INSS, FGTS e ISSQN), em conformidade com a Medição aprovada;

17.3 - Os pagamentos serão realizados mediante depósito na conta corrente bancária indicada no corpo da nota fiscal, em 30 dias após aprovação e liberação pela Diretoria de Obras Públicas;

17.3.1 - No caso de recurso proveniente de Convênios Estaduais e/ou Federais, a nota fiscal somente será emitida após autorização e liberação da parcela(s) e/ou medição(s) pelo Ministério responsável pelo convênio;

17.4 - Não será iniciada a contagem de prazo, caso os documentos fiscais apresentados ou outros necessários à contratação contenham incorreções;

17.5 - A contagem do prazo para pagamento considerará dias corridos e terá início e encerramento em dias de expediente junto ao órgão **CONTRATANTE**;

17.6 - Havendo divergência ou erro na emissão do documento fiscal fica interrompido o prazo para o pagamento, sendo iniciada nova contagem somente após a regularização;

17.7 - Quando for constatada qualquer irregularidade na Nota Fiscal/Fatura, será imediatamente solicitada à Contratada, carta de correção, quando couber, ou ainda pertinente regularização, que deverá ser encaminhada a Prefeitura no prazo de 48 (quarenta e oito) horas.

17.8 - A **CONTRATANTE** não antecipará pagamentos;

17.9 - Quaisquer pagamentos não isentarão a **CONTRATADA** das responsabilidades contratuais, nem implicarão na aceitação dos serviços.

Cláusula XVIII - Das penalidades

18.1 - Com fundamento nos artigos 86 e 87 da Lei nº. 8.666/93, a adjudicatária ficará sujeita, no caso de atraso injustificado, assim considerado pela Administração, inexecução parcial ou inexecução total da obrigação, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal, assegurada à prévia e ampla defesa, às seguintes penalidades:

a) - O atraso injustificado na execução do contrato de obra, ou na entrega de materiais, sem prejuízo do disposto no parágrafo primeiro do artigo 86 da Lei 8.666/93, sujeitará a contratada à multa de mora sobre o valor da obrigação não cumprida, a partir do primeiro dia útil seguinte ao término do prazo estipulado, poderá ser aplicado o seguinte:



MUNICÍPIO DE NOVA ODESSA

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

Suprimentos e Licitações

22/TP/2020

11

Página 11 de 33

b) - Advertência e;

c) - Multa, que deverá ser calculada na seguinte proporção:

c.1) - Multa de 7% (sete por cento) do valor do contrato até o 15º (décimo quinto) dia de atraso;

c.2) - Multa de 15% (quinze por cento) do valor do contrato a partir do 16º (décimo sexto) dia de atraso até o 30º (trigésimo) dia de atraso;

Parágrafo único - A partir do 31º (trigésimo primeiro) dia estará caracterizada a inexecução total da obrigação assumida, salvo disposição em contrário, acarretando a aplicação de multa equivalente a Multa de 25% (vinte e cinco por cento) sobre o valor do contrato;

c.3) - Multa de 25% (vinte e cinco por cento) sobre o valor do contrato por descumprimento de cláusulas contratuais ou do termo de referência;

18.2 - A multa prevista no item c.3 poderá ser aplicada de forma proporcional, dentro de seu limite mínimo e máximo, ou seja, de 1% a 25% considerando a gravidade do ato, levando-se ainda em consideração os eventuais prejuízos causados à Administração em decorrência do descumprimento das obrigações estabelecidas;

18.3 - As multas são autônomas e a aplicação de uma não exclui a de outra;

18.4 - A penalidade acima, somente não será aplicada, se ocorrer motivo de impedimento ou força maior que não permita a entrega do objeto ou a prestação dos serviços no prazo marcado, tudo devidamente comprovado e aceito pela Administração, através do órgão competente;

18.5 - A recusa injustificada da **CONTRATADA** em assinar o contrato, aceitar ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido pela Administração, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-se a empresa a aplicação de multa de 25% (vinte e cinco por cento) do valor do contrato;

18.6 - Incorrem nas mesmas penas previstas no artigo 87 da Lei Federal 8.666/93 e artigo 7º da Lei Federal 10.520/2002 (se o caso) e a multa prevista na alínea "c" do item 18.2 acima, o licitante que deixar de prestar garantia contratual conforme item 2.8 da cláusula II do edital.

Cláusula XIX - Das disposições gerais

19.1 - À Administração fica facultado o direito de declarar a licitação anulada se ocorrerem irregularidades no processamento ou julgamento e classificação, bem como revogá-la, se considerada inconveniente ou inoportuna ao interesse público, sem que por estes fatos venha a responder por qualquer indenização ou compensação;

19.2 - Todo pedido de reajuste, repactuação ou reequilíbrio econômico financeiro somente será analisado, mediante requerimento fundamentado por escrito do interessado, acompanhados de planilha de custos e documentos comprobatórios e protocolados no Setor de Suprimentos e Licitações;

19.3 - A Comissão Permanente de Licitações poderá diligenciar efetuando consulta direta na internet nos respectivos sites dos órgãos expedidores para verificar a veracidade de documentos obtidos por este meio eletrônico;

19.4 - O resultado do presente certame será divulgado no DOE, Imprensa Local e no endereço eletrônico www.novaodessa.sp.gov.br;

19.5 - É facultada à Comissão Permanente de Licitações ou autoridade superior, em qualquer fase desta licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo;

19.6 - A Adjudicatária fica obrigada ao refazimento, sem quaisquer ônus, de todos os serviços considerados imperfeitos ou não compatíveis com os ofertados;

19.7 - Se convocado para a celebração do contrato, a adjudicatária não comparecer, nem justificar a razão do seu não comparecimento dentro do prazo não superior a cinco (5) dias úteis, a Administração, além de convocar outro licitante remanescente, na ordem de classificação, para executar o objeto da licitação em igual prazo e nas mesmas condições propostas pelo primeiro vencedor, inclusive quanto aos preços devidamente atualizados, aplicará incontinentemente as penalidades previstas neste Edital, além das demais previstas na legislação que rege este certame;

19.8 - Toda multa aplicada, terá seu valor descontado dos pagamentos a serem feitos ou, ainda, judicialmente se for necessário, tudo a exclusivo critério da contratante.

19.9 - Os pagamentos serão efetuados, após o devido processamento iniciado com a apresentação da competente Fatura;



MUNICÍPIO DE NOVA ODESSA
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
Suprimentos e Licitações 22/TP/2020

12

Página 12 de 33

19.10 - É de exclusiva responsabilidade da **CONTRATADA**, conforme Lei nº 2535 de 14 de setembro de 2011, a expor placa de identificação no respectivo canteiro da obra com os seguintes dizeres:

- a) Identificação da obra;
- b) Data do início da obra;
- c) Data prevista para o término da obra;
- d) Nome da empresa vencedora da licitação;
- e) Custo total da obra, e
- f) Número da licitação;

19.10.1 - Enquanto durar a execução de obras, instalações e serviços de qualquer natureza, é obrigatória a colocação e manutenção de placas visíveis e legíveis ao público, contendo o nome do autor e coautores do projeto, em todos os seus aspectos técnicos e artísticos, assim como os dos responsáveis pela execução dos trabalhos, conforme determina a Lei Federal n.º 5194/66 artigo 16.

Cláusula XX – Das disposições finais

20.1 - Faz parte integrante e inseparável deste Edital, como se nele estivessem transcritos, os seguintes anexos:

20.1.1 - Anexo I – Recibo de retirada de edital pela internet;

20.1.2 - Anexo II – Modelo de Proposta Comercial;

20.1.3 – Anexo III – Modelo de Credencial;

20.1.4 – Anexo IV - Dados do representante para assinatura do contrato;

20.1.5 - Anexo V – Minuta da Declaração de Inexistência de Fato Superveniente;

20.1.6 - Anexo VI - Minuta de Declaração de Inexistência de Empregado Menor no Quadro da Empresa;

20.1.7 – Anexo VII - Declaração de inexistência de grau de parentesco nos termos do artigo 91 da lei Orgânica Municipal;

20.1.8 – Anexo VIII - Declaração de cumprimento do plano de recuperação judicial e extrajudicial. *(Somente obrigatória no caso em que estiver em recuperação judicial ou extrajudicial)*

20.1.9 - Anexo IX – Declaração de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte;

20.1.10 – Anexo X – Minuta do Contrato a ser firmado;

20.1.11 – Anexo XI - Termo de Ciência e Notificação.

20.1.12 - Anexo XII – Termo de Desistência de Interposição de Recurso;

20.1.13 – Anexo XIII - Projeto (memorial descritivo, planilha orçamentária, cronograma físico-financeiro e plantas) anexo;

Cláusula XXI - Da Adjudicação e Homologação

21 - A Adjudicação e Homologação serão feitas pelo Secretário de Administração.

PARA CONHECIMENTO DE INTERESSADOS, EXPEDE-SE O PRESENTE EDITAL, O QUAL SERÁ PUBLICADO E AFIXADO, NA FORMA DA LEI.

Nova Odessa, 25 de agosto de 2020.



MUNICÍPIO DE NOVA ODESSA
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
Suprimentos e Licitações 22/TP/2020

13

Página 13 de 33

ANEXO II DO EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS Nº. 22/2020
PROPOSTA COMERCIAL

Tomada de Preços nº 22/2020.
Processo Administrativo nº. 7574/2020.

DADOS DO LICITANTE		
Denominação:		
Endereço:		
CEP:	Fone:	Fax:
E-mail:		CNPJ:

Adverte-se que a simples apresentação desta Proposta será considerada como indicação bastante de que inexistem fatos que impeçam a participação da licitante neste certame.

O valor global da proposta objeto da presente licitação é de R\$ (por extenso).

Prazo de execução dos serviços: 06 (seis) meses contados a partir da data de recebimento pela Diretoria de Obras Públicas da Autorização para Início dos Serviços.

Prazo de garantia dos serviços: 05 (cinco) anos contados da emissão do Termo de Recebimento Definitivo.

Validade da proposta: 60 (sessenta) dias corridos, contados a partir da data prevista para abertura dos envelopes documentação. Suspendendo-se este prazo na hipótese de interposição de recurso administrativo ou judicial

Declaro, sob as penas da lei, que o objeto ofertado atende todas as especificações exigidas no memorial descritivo.

Declaro que os preços indicados na planilha orçamentária contemplam todos os custos diretos e indiretos incorridos na data da apresentação desta proposta incluindo, entre outros: tributos, encargos sociais, material, despesas administrativas, seguro, frete e lucro.

Nova Odessa, em ____ de _____ de 2020.

Assinatura do representante legal

Nome do representante legal: _____

RG do representante legal: _____



MUNICÍPIO DE NOVA ODESSA
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
Suprimentos e Licitações 22/TP/2020

14

Página 14 de 33

ANEXO III DO EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS Nº 22/2020
CARTA CREDENCIAL

AO MUNICÍPIO DE NOVA ODESSA

Referência: Tomada de Preços nº 22/2020

Pelo presente, designo o Sr _____, portador do RG nº. _____ para representante desta empresa, estando ele credenciado a responder junto a V.S.as em tudo o que se fizer necessário durante os trabalhos de abertura, exame, habilitação, classificação e interposição de recursos, relativamente à documentação de habilitação e à proposta por nós apresentadas, para fins de participação na licitação em referência.

Nova Odessa, em ____ de _____ de 2020.

Assinatura do representante legal

Nome do representante: _____

RG do representante: _____



MUNICÍPIO DE NOVA ODESSA
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
Suprimentos e Licitações 22/TP/2020

15

Página 15 de 33

ANEXO IV DO EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS Nº. 22/2020
DADOS DO REPRESENTANTE LEGAL DA EMPRESA

Nome da Empresa Proponente
Endereço completo
CNPJ
Inscrição Estadual e/ou Municipal

Tomada de Preços nº 22/2020.
Processo Administrativo nº. 7574/2020.

Pelo presente, informamos o representante legal com poderes para a assinatura do Termo de Contrato desta licitação, bem como os dados da conta bancária para respectivos pagamentos:

Representante Legal:

Nome completo:

Qualificação dentro da Empresa:

E-mail corporativo:

E-mail pessoal:

Estado Civil:

Nacionalidade:

Endereço Residencial Completo:

Data de Nascimento:

RG:

CPF:

Informação Bancária:

Nome do Banco:

Agência:

Conta Corrente:

Advogado:

(*) Facultativo. Indicar quando já constituído, informando, inclusive, o endereço eletrônico.

Nova Odessa, ____ de ____ de 2020.

Representante Legal da Proponente

Nome:

RG:

CPF:



MUNICÍPIO DE NOVA ODESSA
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
Suprimentos e Licitações 22/TP/2020

16

Página 16 de 33

ANEXO V DO EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS Nº. 22/2020
DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATO SUPERVENIENTE

Nome da Empresa Proponente
Endereço completo
CNPJ
Inscrição Estadual e/ou Municipal

Tomada de Preços nº 22/2020.
Processo Administrativo nº. 7574/2020.

....., inscrito no CNPJ nº.
....., por intermédio de seu representante legal o (a) Sr (a)
....., portador (a) da Carteira de Identidade nº.
..... e do CPF nº.DECLARA SOB AS PENAS DA LEI, para fins
do disposto no § 2º do artigo 32 da Lei 8.666, de 21 de junho de 1993, acrescido pela Lei nº. 9.854, de
27 de outubro de 1999, que após a emissão do CRC, não houve superveniência de fato impeditivo da
habilitação.

Nova Odessa, ____ de _____ de 2.020.

Representante Legal da Proponente
Nome:
RG:
CPF:



MUNICÍPIO DE NOVA ODESSA
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
Suprimentos e Licitações 22/TP/2020

17

Página 17 de 33

ANEXO VI DO EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS Nº 22/2020
MINUTA DE DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE EMPREGADO MENOR NO QUADRO DA
EMPRESA

EMPREGADOR: PESSOA JURÍDICA

Ref.: (identificação da licitação)

....., inscrito no CNPJ nº
....., por intermédio de seu representante legal o(a) Sr(a)
....., portador(a) da Carteira de Identidade nº
e do CPF nº**DECLARA**, para fins do disposto no inciso V do art. 27 da Lei
8.666, de 21 de junho de 1993, acrescido pela Lei nº 9.854, de 27 de outubro de 1999, que não
emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de
dezesesseis anos.

Ressalva: emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz ().

.....
(Data)

.....
(Representante legal)

(Observação: em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima).



MUNICÍPIO DE NOVA ODESSA
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
Suprimentos e Licitações 22/TP/2020

18

Página 18 de 33

ANEXO VII DO EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS Nº 22/2020
DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE GRAU DE PARENTESCO NOS TERMOS DO ARTIGO 91 DA
LEI ORGÂNICA MUNICIPAL

Nome da Empresa Proponente
Endereço completo
CNPJ
Inscrição Estadual e/ou Municipal

Tomada de Preço nº 22/2020.
Processo Administrativo nº. 7574/2020.

Eu (nome completo), representante(s) legal da empresa (nome da licitante), interessada em participar da licitação em referência realizada pela Prefeitura Municipal de Nova Odessa **DECLARO**, sob as penas da lei, que **não sou ou mantenho ou fui e mantive nos últimos 06 (seis) meses** no quadro societário pessoas que sejam ligadas por matrimônio ou parentesco, afim ou consanguíneo, até o segundo grau, ou por adoção com o Prefeito, Vice Prefeito, Vereadores ou com os servidores públicos municipais de Nova Odessa/SP, nos termos do contido no artigo 91 da Lei Orgânica Municipal.

Nova Odessa, _____ de _____ de 2.020.

Representante Legal da Proponente

Nome:

RG:

CPF:



MUNICÍPIO DE NOVA ODESSA
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
Suprimentos e Licitações 22/TP/2020

19

Página 19 de 33

ANEXO VIII DO EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS Nº. 22/2020
DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DO PLANO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL E EXTRAJUDICIAL

Declaro sob as penas da lei que:

a) Para o caso de empresas em recuperação judicial: estar ciente de que no momento da assinatura do contrato deverá ser apresentada cópia do ato de nomeação do administrador judicial ou se o administrador for pessoa jurídica, o nome do profissional responsável pela condução do processo e, ainda, declaração, relatório ou documento equivalente do juízo ou do administrador, de que o plano de recuperação judicial está sendo cumprido;

b) Para o caso de empresas em recuperação extrajudicial: estar ciente de que no momento da assinatura do contrato deverá ser apresentada comprovação documental de que as obrigações do plano de recuperação extrajudicial estão sendo cumpridas.

Nova Odessa, em ____ de _____ de 2020.

Representante Legal da Proponente

Nome:

RG:

CPF:

SOMENTE SERÁ OBRIGATÓRIA ESSA DECLARAÇÃO NO CASO EM QUE ESTIVER EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL E EXTRAJUDICIAL



MUNICÍPIO DE NOVA ODESSA
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
Suprimentos e Licitações 22/TP/2020

20

Página 20 de 33

ANEXO IX DO EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS Nº. 22/2020

DECLARAÇÃO DE MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE

DECLARO, sob as penas da lei, sem prejuízo das sanções e multas previstas no ato convocatório, que a empresa _____ (denominação da pessoa jurídica), CNPJ nº _____ é microempresa ou empresa de pequeno porte, nos termos do enquadramento previsto nos incisos I e II e §§ 1º e 2º, bem como não possui qualquer dos impedimentos previstos nos §§ 4º e seguintes todos do artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, e suas alterações, cujos termos declaro conhecer na íntegra, estando apta, portanto, a exercer o direito de preferência como critério de desempate e comprovar a regularidade fiscal nos termos previstos nos artigos 42 a 45 da referida lei complementar, no procedimento licitatório Tomada de Preços nº 22/2020, realizado pelo Município de Nova Odessa.

Nova Odessa, em ____ de _____ de 2020.

Representante Legal da Proponente

Nome:

RG:

CPF:



MUNICÍPIO DE NOVA ODESSA
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
Suprimentos e Licitações 22/TP/2020

21

Página 21 de 33

ANEXO X DO EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS Nº 22/2020
MINUTA PARA O CONTRATO Nº _____ / 2020.

Contratante:	MUNICÍPIO DE NOVA ODESSA
Contratada:	
Objeto:	Contratação de empresa especializada para serviço de reforma do Setor de Clínica Médica do Hospital e Maternidade Municipal Dr. Acílio Carreon Garcia, com fornecimento de materiais, equipamentos e mão de obra
Licitação:	Tomada de Preços nº 22/2020.
Processo:	Nº 7574/2020.
Requisição:	Nº 1643/2020.

Pelo presente instrumento e na melhor forma de direito, as partes abaixo-assinadas, de um lado o **Município de Nova Odessa**, com sede nesta cidade, à Avenida João Pessoa, nº 777, Centro, devidamente inscrita no CNPJ (MF) sob nº 45.781.184/0001-02, neste ato representado pelo seu Secretário de Administração, **Julio Cesar Camargo**, brasileiro, casado, portador do RG/SP nº 23.498.052-7 e do CPF nº 123.737.488-00, conforme delegação de competência fixada pela Portaria nº 8196/16, de ora em diante denominada simplesmente **CONTRATANTE**; e, de outro lado à empresa ..., estabelecida à ..., CEP:, inscrita no CNPJ (MF) sob nº ..., e Inscrição Estadual nº ..., fone (...), e-mail, neste ato representada pelo Senhor ..., brasileiro, casado, residente à ..., portador do RG/SP nº ..., e do CPF nº ..., de ora em diante denominada simplesmente **CONTRATADA**; celebram o presente em face do Processo Licitatório Tomada de Preços nº 22/TP/2020 o qual se regerá pelas seguintes cláusulas e condições:

Cláusula I – Do objeto, localização e fundamentação legal

1.1 - Este Contrato origina-se da Licitação Tomada de Preços realizada em xx de xxxx de 2020, da qual se sagrou vencedora a **CONTRATADA**, de acordo com o julgamento da Comissão de Licitações, datado de xxx de xxx de 2020, devidamente Homologado pela **CONTRATANTE**, e processada sob o nº 7574/2020, e tem por objeto a contratação de empresa especializada para serviço de reforma do Setor de Clínica Médica do Hospital e Maternidade Municipal Dr. Acílio Carreon Garcia, com fornecimento de materiais, equipamentos e mão de obra, de acordo com o projeto (memorial descritivo, planilha orçamentária, cronograma físico-financeiro e plantas) em anexo;

1.2 - Considera-se parte integrante do presente instrumento, como se nele estivessem transcritos, os seguintes documentos: a) Edital da Tomada de Preços nº 22/20 e seus respectivos Anexos; e b) a proposta de xx de xxxx 2020, apresentada pela **CONTRATADA**;

1.3 - Em caso de divergências entre as condições mencionadas na proposta da **CONTRATADA** e as expressas neste Contrato, prevalecerão as deste último;

1.4 - O objeto da presente contratação poderá sofrer, nas mesmas condições, acréscimos ou supressões nos termos do art. 65, § 1º, da Lei Federal nº 8.666/93 e alterações;

1.5 - O presente Contrato reger-se-á pelas disposições da Lei nº 8.666 de 21 de junho de 1.993, incluindo as alterações da Lei Federal nº 8.883 de 08 de junho de 1.994;

1.6 - O prazo de vigência do contrato é de 06 (seis) meses contados do recebimento da Autorização de Início dos Serviços expedido pela Diretoria de Obras Públicas, podendo, contudo, ser prorrogado nos termos da legislação vigente.

Cláusula II - Do gestor do contrato

2.1 – A execução desse Contrato será acompanhada e fiscalizada pelo Senhor **Erik Ortolano da Silva**, denominados Representantes da Administração podendo ser substituído a qualquer momento mediante despacho da autoridade superior;

2.1.1 – Os Representantes da Administração anotarão em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados;



MUNICÍPIO DE NOVA ODESSA

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

Suprimentos e Licitações

22

22/TP/2020

Página 22 de 33

2.1.2 – As decisões e providências que ultrapassarem a competência do representante deverão ser solicitadas aos seus superiores em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes.

Cláusula III – Dos recursos financeiros

3.1 - A despesa, orçada em **R\$ 796.184,55**, conforme planilha orçamentária apresentada pela Administração onerará os recursos orçamentários e financeiros reservados na ficha 252, Classificação Funcional Programática 10.302.0008.1.023; Categoria Econômica 4.4.90.51.00, fonte de recurso 01.310.000 - Recurso Próprio.

Cláusula IV – Do regime de execução e valor do contrato

4.1 - O regime de execução das obras e serviços objeto deste instrumento é o de Empreitada por Preço Global;

4.2 - O valor do presente Contrato para todos os efeitos de direito é de **R\$ 0,00** (reais).

Cláusula V – Da medição dos serviços prestados

5.1- Após o término de cada período mensal, a **CONTRATADA** elaborará relatório contendo os quantitativos totais mensais de cada um dos tipos de serviços efetivamente realizados, de acordo com o cronograma físico-financeiro;

5.2- As medições para efeito de pagamento serão realizadas de acordo com os seguintes procedimentos:

5.2.1- A **CONTRATANTE** solicitará à **CONTRATADA**, na hipótese de recusas e/ou incorreções de valores, a correspondente retificação objetivando a emissão da nota fiscal/fatura;

5.2.2- Serão considerados somente os serviços efetivamente realizados e apurados da seguinte forma:

a) O valor dos pagamentos será obtido mediante a aplicação dos preços unitários contratados às correspondentes quantidades de serviços efetivamente executados, de acordo com o Cronograma Físico-Financeiro, descontadas as importâncias relativas às quantidades de serviços recusados;

b) Os serviços recusados, depois de refeitos e aceitos pela Comissão de Fiscalização, serão somados à medição dos serviços do mês seguinte;

5.2.3- Após a conferência dos quantitativos e valores apresentados, a Comissão de Fiscalização comunicará a **CONTRATADA**, no prazo de três dias úteis contados do recebimento do relatório, o valor aprovado, e autorizará a emissão da correspondente nota fiscal/fatura;

Cláusula VI - Dos pagamentos

6.1 - O pagamento da obra/serviço será feito diretamente pela tesouraria da **CONTRATANTE**, com base nos serviços efetivamente executados e medidos, conforme cronograma, mediante a comprovação do recolhimento de encargos e tributos referentes aos serviços prestados (INSS, FGTS e ISSQN), em conformidade com a Medição aprovada;

6.2 - Os pagamentos serão realizados mediante depósito na conta corrente bancária indicada no corpo da nota fiscal, em 30 (trinta) dias após aprovação da Diretoria de Obras Públicas;

6.2.1 - No caso de recurso proveniente de Convênios Estaduais e/ou Federais, a nota fiscal somente será emitida após autorização e liberação da parcela(s) e/ou medição(s) pelo Ministério responsável pelo convênio;

6.3 - Não será iniciada a contagem de prazo, caso os documentos fiscais apresentados ou outros necessários à contratação contenham incorreções;

6.4 - A contagem do prazo para pagamento considerará dias corridos e terá início e encerramento em dias de expediente junto ao órgão **CONTRATANTE**;

6.5 - Havendo divergência ou erro na emissão do documento fiscal fica interrompido o prazo para o pagamento, sendo iniciada nova contagem somente após a regularização;

6.6 - Quando for constatada qualquer irregularidade na Nota Fiscal/Fatura, será imediatamente solicitada à Contratada, carta de correção, quando couber, ou ainda pertinente regularização, que deverá ser encaminhada a Prefeitura no prazo de 48 (quarenta e oito) horas;

6.7 - A **CONTRATANTE** não antecipará pagamentos.

6.8 - Quaisquer pagamentos não isentarão a **CONTRATADA** das responsabilidades contratuais, nem implicarão na aceitação dos serviços.



MUNICÍPIO DE NOVA ODESSA

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

Suprimentos e Licitações

22/TP/2020

23

Página 23 de 33

Cláusula VII - Do reajuste

7.1 - Os preços propostos, a critério da administração, poderão ser reajustados, após 12 meses da apresentação da proposta com base no IGPM.

Cláusula VIII – Das compensações financeiras

8.1 - As compensações financeiras serão atualizadas pelo IPCA (índice de Preço ao Consumidor Amplo).

Cláusula IX – Da legislação aplicável

9.1 - Aplicam-se à execução deste contrato, e especialmente aos casos omissos, as disposições da Lei 8.666/93, suas alterações, os preceitos de direito público e supletivamente, os princípios da Teoria Geral dos Contratos e as disposições de direito privado, na forma do artigo 54, da Lei nº 8.666/93 combinado com o inciso XII do artigo 55 do mesmo diploma legal.

Cláusula X - Do recebimento das obras e serviços e prorrogação

10.1 - Provisoriamente, após vistoria completa, realizada pela Comissão de Fiscalização, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes em até 10 (dez) dias úteis, contados da data em que a contratada comunicar, por escrito, a conclusão total do objeto;

10.1.1 - O recebimento provisório será caracterizado pela emissão do Termo de Recebimento Provisório, com expressa concordância em receber o objeto provisoriamente;

10.2 - Definitivamente, pela Comissão de Fiscalização, mediante termo circunstanciado assinado pelas partes, após o decurso do prazo de observação (12 meses), ou vistoria que comprove a adequação ao objeto aos termos contratuais;

10.3 - Constatadas irregularidades no objeto, a Comissão de Fiscalização, sem prejuízo das penalidades cabíveis, poderá:

10.3.1- Rejeitá-lo no todo ou em parte se não corresponder às especificações do Memorial Descritivo, determinando sua substituição/correção;

10.3.2 - Determinar sua complementação se houver diferença de quantidades ou de partes;

10.3.3 - As irregularidades deverão ser sanadas pela Contratada, no prazo máximo de cinco dias úteis, contados do recebimento da notificação por escrito, mantido o preço inicialmente ofertado;

10.4 - Os serviços terão garantia de no mínimo de 05 (cinco) anos a contar da data do Termo de Recebimento Definitivo;

10.5 - A Contratada obriga-se a iniciar os serviços ora contratados após o recebimento da Ordem de Serviço expedida pela Diretoria de Obras Públicas;

10.6 - A prorrogação de prazo dependerá de prévia solicitação da **CONTRATADA**, por escrito, até 30 (dias) dias antes de se esgotarem os prazos estabelecidos, acompanhada de cronograma atualizado, para análise e aprovação da **CONTRATANTE**;

10.7 - A **CONTRATANTE** deverá se pronunciar, por escrito, no prazo de 05 (cinco) dias, da data da solicitação da **CONTRATADA**, período em que permanece em vigor o prazo constante no cronograma inicial. A prorrogação, quando admitida, se processará mediante termo aditivo, precedido de indispensável justificativa técnica;

10.8 - Não serão considerados como inadimplemento contratual os atrasos provocados por motivo de comprovada força maior, desde que notificados no prazo de quarenta e oito (48) horas após o evento e aceitos pela **CONTRATANTE**;

10.9 - A suspensão ou paralisação dos serviços por culpa da **CONTRATANTE** provocará a prorrogação dos prazos aqui previstos por número de dias de igual do cumprimento contratual, da suspensão ou da paralisação dos serviços, acrescidos em qualquer caso do prazo necessário a retomada dos trabalhos;

10.10 - Durante o prazo de doze (12) meses a obra ficará em observação, cabendo à **CONTRATADA** executar as suas expensas, reparos e substituições solicitados pela **CONTRATANTE**, em decorrência de vícios de construção;

10.11 - A **CONTRATADA** será responsável pela solidez e perfeição dos serviços executados.

Cláusula XI – Das penalidades



MUNICÍPIO DE NOVA ODESSA
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
Suprimentos e Licitações

22/TP/2020

24

Página 24 de 33

11.1 - Com fundamento nos artigos 86 e 87 da Lei nº. 8.666/93, a adjudicatária ficará sujeita, no caso de atraso injustificado, assim considerado pela Administração, inexecução parcial ou inexecução total da obrigação, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal, assegurada à prévia e ampla defesa, às seguintes penalidades:

a) - O atraso injustificado na execução do contrato ou na entrega de materiais, sem prejuízo do disposto no parágrafo primeiro do artigo 86 da Lei 8.666/93, sujeitará a contratada à multa de mora sobre o valor da obrigação não cumprida, a partir do primeiro dia útil seguinte ao término do prazo estipulado, poderá ser aplicado o seguinte:

b) - Advertência e;

c) - Multa, que deverá ser calculada na seguinte proporção:

c.1) - Multa de 7% (sete por cento) do valor do contrato até o 15º (décimo quinto) dia de atraso; e

c.2) - Multa de 15% (quinze por cento) do valor do contrato a partir do 16º (décimo sexto) dia de atraso até o 30º (trigésimo) dia de atraso;

Parágrafo único - A partir do 31º (trigésimo primeiro) dia estará caracterizada a inexecução total da obrigação assumida, salvo disposição em contrário, acarretando a aplicação de multa equivalente a Multa de 25% (vinte e cinco por cento) sobre o valor do contrato;

c.3) – Multa de 25% (vinte e cinco por cento) sobre o valor do contrato por descumprimento de cláusulas contratuais ou do termo de referência;

11.2 – A multa prevista no item c.3 poderá ser aplicada de forma proporcional, dentro de seu limite mínimo e máximo, ou seja, de 01% a 25% considerando a gravidade do ato, levando-se ainda em consideração os eventuais prejuízos causados à Administração em decorrência do descumprimento das obrigações estabelecidas;

11.3 – As multas são autônomas e a aplicação de uma não exclui a de outra;

11.4 - A penalidade acima, somente não será aplicada, se ocorrer motivo de impedimento ou força maior que não permita a entrega do objeto ou a prestação dos serviços no prazo marcado, tudo devidamente comprovado e aceito pela Administração, através do órgão competente;

11.5 - A recusa injustificada da **CONTRATADA** em assinar o contrato, aceitar ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido pela Administração, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-se a empresa a aplicação de multa de 25% (vinte e cinco por cento) do valor do contrato.

Cláusula XII – Da ciência e intimação dos atos

12.1 – Em sendo instaurado processo administrativo próprio para apuração e eventual aplicação de penalidades, a **CONTRATADA** será devidamente notificada via postal do procedimento para ciência, bem como apresentação de defesa prévia ou recurso no prazo legal;

12.2 – A **CONTRATADA** deverá, no prazo legal, encaminhar sua defesa prévia ou recurso devidamente assinada pelo responsável legal ou acompanhado da respectiva procuração, que deverá ser protocolado tempestivamente junto ao Setor de Suprimentos e Licitações da Prefeitura Municipal de Nova Odessa, no endereço constante no preâmbulo do presente termo, no horário de expediente administrativo (das 08h00min às 16h30min) e em dias úteis (com expediente no Paço Municipal);

12.3 – A (s) defesa (s) encaminhada (s) via postal serão recebidas independente de protocolo desde postadas tempestivamente e recebida (s) pela Administração no prazo legal. Neste caso, a **CONTRATADA** deverá utilizar de serviços de postagem que contemplem a possibilidade de rastreamento, sendo que para efeito de contagem do prazo, será considerado o registro de postagem pelos Correios, que será confirmada através do rastreamento do objeto;

12.4 – As defesas ou recursos postados pela **CONTRATADA** sem serviço de rastreamento, somente serão recebidos se entregues tempestivamente, observando o disposto no item 12.2;

12.5 - As defesas que eventualmente forem encaminhadas por e-mail ou por fax somente serão recebidas se no prazo legal a **CONTRATADA** protocolar os respectivos documentos, na forma estabelecida nos itens 12.2 ou 12.3 se o caso.

XIII – Da rescisão

13.1 - O não cumprimento das obrigações assumidas no presente contrato ou a ocorrência da hipótese prevista no artigo 78, da lei federal nº. 8.666, de 21 de junho de 1993, atualizada pela lei federal nº.



MUNICÍPIO DE NOVA ODESSA
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
Suprimentos e Licitações

25

22/TP/2020

Página 25 de 33

8.883, de 8 de junho de 1994, autorizam, desde já, a **CONTRATANTE** rescindir unilateralmente este contrato, independentemente de interpelação judicial, sendo aplicável, ainda, o disposto nos artigos 79 e 80 do mesmo diploma legal, no caso de inadimplência;

13.2 - A **CONTRATANTE** poderá julgar rescindido o Contrato ainda nos seguintes casos:

- a) Infração de cláusulas contratuais;
- b) Falência, concordata ou impossibilidade de cumprimento pela **CONTRATADA** das obrigações contratuais;
- c) Inobservância do cronograma de obras ou das especificações dos serviços prestados;
- d) Paralisação das obras ou serviços por mais de dez (10) dias consecutivos, sem justificativa, a critério da **CONTRATANTE**;
- e) Subcontratação, cessão ou doação do Contrato em garantia sem a prévia e expressa autorização da **CONTRATANTE**;
- f) Perda, pela **CONTRATADA** das condições de habilitação, nos termos da legislação vigente.

13.3 - Em caso de rescisão por culpa da **CONTRATADA** esta ficará sujeita ao pagamento de multa correspondente a 25% (vinte e cinco por cento) sobre o valor do saldo contratual, atualizado até a data do efetivo pagamento.

13.4 - Se a rescisão ocorrer por inadimplência da **CONTRATANTE**, caberá a **CONTRATADA** receber os pagamentos devidos e ainda não efetuados pela **CONTRATANTE** a serem aprovados, correspondentes a serviços executados até a data de rescisão.

Cláusula XIV – Da fiscalização

14.1 - A **CONTRATANTE** exercerá a fiscalização geral das obras contratadas, podendo, para esse fim, designar prepostos, aos quais a **CONTRATADA** ficará obrigada a permitir e facilitar, a qualquer tempo à fiscalização das obras, facultando-lhe o livre acesso aos seus depósitos e instalações, ou às das subcontratadas, contratadas, bem como a todos os registros e documentos pertinentes com o negócio ora contratado, sem que essa fiscalização importe, a qualquer título, em responsabilidade por parte da **CONTRATANTE**;

14.2 - A fiscalização verificará o cumprimento das especificações e aplicação dos métodos construtivos e ensaios pertinentes, bem como quantidade, qualidade e aceitabilidade das obras e/ou serviços;

14.3 - A fiscalização poderá sustar ou fazer demolir qualquer trabalho que esteja em desacordo com o disposto neste Contrato;

14.4 - Fica acordado que a fiscalização não terá nenhum poder para eximir a **CONTRATADA** de qualquer obrigação prevista neste Contrato.

Cláusula XV – Das Obrigações da Contratante

15.1 - Efetuar os pagamentos nas condições e preços pactuados;

15.2- Acompanhar e fiscalizar a execução deste contrato por uma Comissão de Fiscalização formalmente designada;

15.3- Notificar por escrito a ocorrência de irregularidades durante a execução dos serviços;

15.4- Promover os registros de ocorrências que possam ensejar atrasos na execução da obra no Diário de Obra.

Cláusula XVI – Das obrigações da contratada

16.1 - É obrigação da **CONTRATADA**, executar as obras e serviços, obedecendo às especificações, inclusive aquelas do memorial descritivo itens, subitens, elementos, projetos, desenhos, detalhes, instruções fornecidas pela **CONTRATANTE** e condições gerais e específicas do Edital deste certame Licitatório, ficando acordado que os mencionados documentos passarão a integrar o presente Contrato, para todos os efeitos de direito, ainda que nele não transcritos;

16.2 - Fornecer mão de obra, maquinaria, equipamentos, materiais, acessórios e tudo mais que for necessário ao pleno desenvolvimento do objeto contratado, em volume, qualidade e quantidades compatíveis para sua conclusão dentro do prazo estabelecido;

16.3 - Observar as boas práticas, técnica e ambientalmente recomendadas, quando da realização dos serviços que são de inteira responsabilidade da **CONTRATADA**, que responderá em seu próprio nome perante os órgãos fiscalizadores;



MUNICÍPIO DE NOVA ODESSA
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
Suprimentos e Licitações

26

22/TP/2020

Página 26 de 33

16.4 - É de exclusiva responsabilidade da **CONTRATADA** a guarda do local dos serviços, materiais e equipamentos utilizados até a conclusão do objeto;

16.5 - Cumprir e observar que, constatada a existência de materiais inadequados no canteiro de serviços, a Comissão de Fiscalização oficiará a **CONTRATADA** para que no prazo de 24 (vinte e quatro) horas efetue a remoção desses materiais;

16.6 - Responsabilizar-se pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais e outros resultantes da execução deste contrato;

16.7 - A execução da obra deverá ser conduzida, obrigatoriamente, sob a responsabilidade técnica dos profissionais cujos atestados foram apresentados pela licitante para comprovação da capacidade técnico-profissional;

16.8 - Somente será admitida a substituição de profissional detentor de atestado apresentado na fase de habilitação, por outro com experiência equivalente ou superior. A proposta de substituição de profissional deverá ser feita por escrito, fundamentada e instruída com as provas necessárias à comprovação da situação que se apresenta, e incluirá a indicação do novo profissional com o respectivo acervo técnico, e acompanhada da baixa da ART do profissional que está sendo substituído. Para a sua efetivação, a proposta de substituição deverá ser apreciada e aprovada pela Comissão de Fiscalização;

16.9 - Manter seus funcionários devidamente uniformizados e identificados com crachá contendo foto recente, nome, número de registro e portado visivelmente;

16.10 - Todos os materiais a serem empregados na obra deverão ser comprovadamente de boa qualidade e de fácil disponibilidade no mercado;

16.11 - Estar ciente de que a Comissão de Fiscalização poderá, quando julgar necessário, exigir o respectivo certificado de qualidade dos componentes utilizados, relação dos fabricantes e respectivos endereços, comprovantes de compra, assim como seus tipos e características;

16.12 - Realizar, sempre que acionada, às suas expensas e necessariamente em empresas especializadas ou com profissionais devidamente aprovados pela Comissão de Fiscalização da Obra, os ensaios tecnológicos que forem necessários à verificação do bom funcionamento das instalações, materiais e equipamentos, de acordo com o estabelecido pela ABNT, podendo a Comissão de Fiscalização e Fiscalização da Obra do **CONTRATANTE** determinar a realização de outros ensaios que entender necessários;

16.13 - A **CONTRATADA** responderá e responsabilizar-se-á pela prevenção de acidentes e pela segurança de suas atividades e de seus funcionários quando na realização dos serviços, fazendo com que eles observem e cumpram rigorosamente os regulamentos e determinações de segurança consoante legislação em vigor, bem com tomando, ou fazendo com que sejam tomadas as medidas corretivas necessárias;

16.14 - A **CONTRATADA** será responsável pelo fornecimento aos seus empregados de todos os equipamentos de proteção individual (EPI) e coletiva (EPC) de acordo com a legislação vigente;

16.14.1 - Esses equipamentos deverão estar em perfeito estado de conservação e com documentação que comprove sua validade (CA - Certificado de Aprovação), de modo a garantir a segurança do usuário, bem como das pessoas ao redor;

16.15 - A **CONTRATADA** deverá fornecer os manuais de operação/manutenção dos equipamentos instalados na edificação na data de assinatura do Termo de Recebimento Provisório.

16.16 - Providenciar as instalações de canteiro, as instalações provisórias de energia elétrica, de água, esgoto e de comunicação necessárias para a execução das obras, bem como os testes dos equipamentos por ela instalados;

16.17 - Comunicar à **CONTRATANTE** por escrito, sem prejuízo de sua responsabilidade, eventuais anormalidades que a **CONTRATADA** apure ter ocorrido no projeto, obras e/ou serviços que possam comprometer a sua qualidade;

16.18 - Comunicar por escrito à **CONTRATANTE**, para fazer eventuais alterações nas especificações, que deverá estar fundamentada e dependerá de aprovação do setor competente;

16.19 - Alocar pessoal adequado e capacitado para promover os seus serviços em todos os níveis de trabalho;

16.20 - Afastar ou substituir dentro de 24 horas, sem ônus para a Prefeitura, qualquer funcionário seu que por solicitação da Administração, não deva continuar a participar da execução dos serviços;



MUNICÍPIO DE NOVA ODESSA
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
Suprimentos e Licitações

27

22/TP/2020

Página 27 de 33

16.21 - A contratada no prazo de cinco (5) dias úteis deverá designar e manter preposto, aceito pela Administração, no local da obra ou serviço, para representá-lo na execução do contrato contendo os seguintes dados: Nome Completo, RG, CPF, Telefone fixo e celular, e-mail e cargo que desempenha;

16.22 - Fornecer cópia da folha de pagamento e comprovante dos pagamentos salariais quando solicitados pela Administração;

16.23 – Abster-se de subcontratar ou terceirizar mão de obra na execução dos serviços, não autorizada ou permitida por lei e ainda previamente autorizada pela Administração;

16.24 - É de exclusiva responsabilidade da **CONTRATADA**, conforme Lei nº 2535 de 14 de setembro de 2011, a expor placa de identificação no respectivo canteiro da obra com os seguintes dizeres:

- a) Identificação da obra;
- b) Data do início da obra;
- c) Data prevista para o término da obra;
- d) Nome da empresa vencedora da licitação;
- e) Custo total da obra, e
- f) Número da licitação;

16.24.1 - Enquanto durar a execução de obras, instalações e serviços de qualquer natureza, é obrigatória a colocação e manutenção de placas visíveis e legíveis ao público, contendo o nome do autor e coautores do projeto, em todos os seus aspectos técnicos e artísticos, assim como os dos responsáveis pela execução dos trabalhos, conforme determina a Lei Federal n.º 5194/66 artigo 16.

16.25 – A Contratada deverá apresentar ART (Anotação de Responsabilidade Técnica), devidamente recolhida, com base no valor total do contrato, antes do início dos serviços;

16.26 – Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificações exigidas na licitação;

16.27 – Disponibilizar caçambas em quantidades suficientes para recolhimento e destinação em locais licenciados dos entulhos provenientes dos serviços executados sem custo à Administração;

16.28 – Disponibilizar a seguinte documentação abaixo relacionada:

- a) Exames médicos de todos os funcionários envolvidos no serviço (admissional, periódico e complementar);
- b) Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional – PCMSO (NR-07/Portaria 3.214/78);
- c) Ficha de registro de todos os funcionários que vão permanecer na prestação de serviço;
- d) Ordem de Serviço por função (NR-01, subitem 1.7, alínea b e c/Portaria 3.214/78);
- e) Comprovante de fornecimento de EPI's e C.A (NR-06/Portaria 3.214/78);
- f) Programa de Prevenção de Riscos Ambientais – PPRA (NR-09/Portaria 3.214/78);
- g) Programa de Condições e Meio Ambiente de Trabalho – PCMAT para canteiro de obras com mais de 20 funcionários (NR-18/Portaria 3.214/78);
- h) Documento de treinamento de pessoal treinado em primeiros socorros;
- i) Documento de treinamento de integração de segurança por função;
- j) Documento de treinamento de prevenção e combate a incêndio;
- k) Documento de prevenção de acidentes;
- l) Documento de cursos e especializações de acordo com a atividade exercida;
- m) Documento de treinamento quanto ao uso de EPI;

16.29 – Manter, durante toda a execução contratual, cadastro atualizado junto à Administração, seja em relação a qualquer alteração em seu contrato social, endereço para correspondência, números de telefones e fax, e-mail, entre outros informados no ato da assinatura do contrato.

Cláusula XVII – Das falhas ou omissões das especificações

17.1 - Quaisquer requisitos indicados nos desenhos, e que não constem das especificações, ou vice-versa, ou não indicados em ambos, porém necessários ao cumprimento da finalidade deste Contrato, serão alertados pela **CONTRATADA** tal como se houvessem sido estipuladas e indicados tanto nos desenhos quanto nas especificações.

Cláusula XVIII – Da transferência de contrato/documentos



MUNICÍPIO DE NOVA ODESSA
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
Suprimentos e Licitações 22/TP/2020

28

Página 28 de 33

18.1 - A Cessão total ou parcial a terceiros dos direitos decorrentes deste Contrato dependerá da prévia anuência da **CONTRATANTE** sob pena de rescisão de pleno direito, sujeito o inadimplente às cominações previstas contratualmente;

18.2 - Todos os originais de desenhos, diagramas "layouts", especificações, folhas de cálculos, cadernetas, relatórios de campo e outros documentos de engenharia quando preparados pela **CONTRATADA** para execução das obras e/ou serviços serão de propriedade da **CONTRATANTE** devendo-lhe ser entregues pela **CONTRATADA**, quando da aceitação das obras, sem acréscimos de pagamento;

18.3 - A **CONTRATANTE** se reserva o direito de repetir os projetos, porventura elaborados pela **CONTRATADA**, sem que por este motivo caiba a este qualquer direito à reclamação ou indenização.

Cláusula XIX – Dos documentos anteriores

19.1 - O presente Contrato e o Edital desta Licitação são os únicos instrumentos legais e reguladores das obras e serviços ora contratados, substituindo, em consequência, toda e qualquer documentação anteriormente trocada entre a **CONTRATANTE** e a **CONTRATADA** e que direta ou indiretamente, contrarie as disposições dele constantes.

Cláusula XX – Das taxas e impostos

20.1 - Se, durante o prazo de vigência do Contrato, forem criados tributos novos, modificadas as alíquotas dos atuais em forma a comprovadamente majorar ou diminuir os ônus da **CONTRATADA**, serão revistos os preços a fim de adequá-los a essas modificações;

20.2 - Se, ainda, durante o prazo de vigência do Contrato ocorrerem modificações na política monetária ou fiscal, por decisão governamental que, por sua natureza, venham a comprometer o equilíbrio econômico financeiro deste Contrato, serão revistas às cláusulas pertinentes de forma a manter a estrutura contratual inicial.

Clausula XXI – Da transmissão de documentos

21.1 - O encaminhamento de cartas e documentos pela **CONTRATADA** deverá ser através do protocolo da **CONTRATANTE** não se considerando nenhuma outra forma como prova da entrega.

Cláusula XXII - Das garantias

22.1 - Para assinatura do contrato, a empresa adjudicatária deverá comprovar a prestação de garantia no valor correspondente a 5% (cinco por cento) do valor contratado;

22.1.1 - A garantia poderá ser prestada por uma das seguintes modalidades:

- a) Caução em dinheiro ou títulos da dívida pública;
- b) Seguro-garantia, na forma da legislação aplicável;
- c) Fiança bancária.

22.2 - A fiança bancária ou seguro garantia deverá conter:

- a) Prazo de validade, que deverá corresponder ao período de vigência do contrato.

Parágrafo Primeiro: A garantia será devolvida à **CONTRATADA**, após a emissão pela **CONTRATANTE**, do documento Recebimento Definitivo de Obras, por solicitação escrita da Contratada, se não houver nenhuma obrigação civil ou criminal desta relativa a este contrato, que venha a impedir o seu encerramento;

Parágrafo segundo: Quando em dinheiro a garantia será restituída à **CONTRATADA** com a correção obtida no depósito bancário – poupança.

Cláusula XXIII – Do foro

23.1 - A interposição e aplicação dos termos deste Contrato serão regidas pelas leis brasileiras e o juízo da cidade de Nova Odessa, Estado de São Paulo, terá jurisdição e competência sobre qualquer arbitramento feito, constituindo assim o Foro de eleição, prevalecendo sobre qualquer outro por mais privilegiado que seja.

E, POR ESTAREM ASSIM JUSTAS E CONTRATADAS, ASSINAM O PRESENTE, POR SI E SEUS SUCESSORES, EM TRÊS (3) VIAS IGUAIS E RUBRICADAS, PARA TODOS OS FINS DE DIREITO, NA PRESENÇA DAS TESTEMUNHAS ABAIXO ASSINADAS, APÓS TEREM LIDO E ACHADO CONFORME.



MUNICÍPIO DE NOVA ODESSA
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
Suprimentos e Licitações 22/TP/2020

29

Página 29 de 33

Nova Odessa,

Contratante

Contratada:

Julio Cesar Camargo
Secretário de Administração

Testemunhas:



MUNICÍPIO DE NOVA ODESSA
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
Suprimentos e Licitações 22/TP/2020

30

Página 30 de 33

ANEXO XI DO EDITAL DA TOMADA DE PREÇOS Nº 22/2020
TERMO DE CIÊNCIA E DE NOTIFICAÇÃO
ESTADO DE SÃO PAULO

CONTRATANTE: _____
CONTRATADA: _____
CONTRATO Nº (DE ORIGEM): _____
OBJETO: _____
ADVOGADO (S)/ Nº OAB: (*) _____

Pelo presente TERMO, nós, abaixo identificados:

1. Estamos CIENTES de que:

- a) o ajuste acima referido estará sujeito a análise e julgamento pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, cujo trâmite processual ocorrerá pelo sistema eletrônico;
- b) poderemos ter acesso ao processo, tendo vista e extraindo cópias das manifestações de interesse, Despachos e Decisões, mediante regular cadastramento no Sistema de Processo Eletrônico, conforme dados abaixo indicados, em consonância com o estabelecido na Resolução nº 01/2011 do TCESP;
- c) além de disponíveis no processo eletrônico, todos os Despachos e Decisões que vierem a ser tomados, relativamente ao aludido processo, serão publicados no Diário Oficial do Estado, Caderno do Poder Legislativo, parte do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, em conformidade com o artigo 90 da Lei Complementar nº 709, de 14 de janeiro de 1993, iniciando-se, a partir de então, a contagem dos prazos processuais, conforme regras do Código de Processo Civil;
- d) Qualquer alteração de endereço – residencial ou eletrônico – ou telefones de contato deverá ser comunicada pelo interessado, peticionando no processo.

2. Damo-nos por NOTIFICADOS para:

- a) O acompanhamento dos atos do processo até seu julgamento final e consequente publicação;
- b) Se for o caso e de nosso interesse, nos prazos e nas formas legais e regimentais, exercer o direito de defesa, interpor recursos e o que mais couber.

LOCAL e DATA: _____

GESTOR DO ÓRGÃO/ENTIDADE:

Nome: _____
Cargo: _____
CPF: _____ RG: _____
Data de Nascimento: ____/____/____
Endereço residencial completo: _____
E-mail institucional: _____
E-mail pessoal: _____
Telefone(s): _____
Assinatura: _____



MUNICÍPIO DE NOVA ODESSA
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
Suprimentos e Licitações 22/TP/2020

31

Página 31 de 33

Responsáveis que assinaram o ajuste:

Pelo CONTRATANTE:

Nome: _____
Cargo: _____
CPF: _____ RG: _____
Data de Nascimento: ____/____/____
Endereço residencial completo: _____
E-mail institucional _____
E-mail pessoal: _____
Telefone(s): _____
Assinatura: _____

Pela CONTRATADA:

Nome: _____
Cargo: _____
CPF: _____ RG: _____
Data de Nascimento: ____/____/____
Endereço residencial completo: _____
E-mail institucional _____
E-mail pessoal: _____
Telefone(s): _____
Assinatura: _____

Advogado:

(*) Facultativo. Indicar quando já constituído, informando, inclusive, o endereço eletrônico.



MUNICÍPIO DE NOVA ODESSA
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
Suprimentos e Licitações 22/TP/2020

32

Página 32 de 33

ANEXO XII DO EDITAL DA TOMADA DE PREÇOS Nº 22/2020
TERMO DE DESISTÊNCIA DE INTERPOSIÇÃO DE RECURSO

Nome da Empresa Proponente
Endereço completo
CNPJ
Inscrição Estadual e/ou Municipal

Tomada de Preços n.º 22/2020
Processo Administrativo nº. 7574/2020

À (denominação da pessoa jurídica), com sede à (endereço completo da empresa), inscrita no CNPJ sob o Nº (número CNPJ), vem por meio deste declinar do direito de interpor recurso e prazo da decisão da Comissão Julgadora de Licitação, quanto o julgamento dos envelopes: nº **01 HABILITAÇÃO**, bem como o julgamento dos envelopes de nº. **02 PROPOSTAS**, concordando com o prosseguimento do procedimento licitatório, nos termos do artigo 43 e incisos da Lei de Licitações, referente à Licitação Tomada de Preços de n.º 22/2020, Processo 7574/2020 que trata do seguinte objeto (descrever integralmente o objeto).

Nova Odessa, _____ de _____ de 2020.

Representante Legal da Proponente Nome:

RG. _____

CPF: _____

Obs.: Esta declaração não é obrigatória, contudo, caso o proponente entregue, deverá ser apresentada junto com o credenciamento (fora dos envelopes "Proposta" e de "Documentação")



MUNICÍPIO DE NOVA ODESSA
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
Suprimentos e Licitações 22/TP/2020

33

Página 33 de 33

ANEXO XIII DO EDITAL DA TOMADA DE PREÇOS Nº 22/2020

PROJETO (MEMORIAL DESCRITIVO, PLANILHA ORÇAMENTÁRIA, CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO E PLANTAS)